REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

UM LIVRO DO NORDESTE

JOSÉ AURÉLIO CÂMARA

Ainda se está por proceder a um exato levantamento da bibliografia do Nordeste sêco.

Trabalho fatigante, porém digno do maior interêsse, êle nos permitirá verificar que entre o muito que, ingênua ou demagògicamente, se escreveu acêrca dos problemas, das lutas, das desditas e anseios dos nordestinos, é restrita a literatura cientificamente fundamentada e inspirada na correta interpretação dos fatos.

Pràticamente, só a partir de 1877, data balizada com tintas sombrias na cronologia das sêcas, é que a temática do Nordeste começou a fornecer assunto para se falar e escrever.

Foram as sêcas que tornaram a região nordestina objeto das preocupações nacionais. E durante mais de oitenta anos, só através do seu sinistro apêlo é que para cá se voltou, ora timidamente, ora com desusado mas descontínuo vigor, a ação do poder público federal.

A primeira sêca assinalada após a Independência foi a de 1825, quando o País recém-liberto monopolizava suas atenções e preocupações com as determinantes político-administrativas oriundas do seu nôvo estatuto.

Seguir-se-ia a de 1845, com a Nação mal saída das graves agitações que culminaram nas lutas internas de 1842, em São Paulo e Minas, e das quais, graças à espada de Caxias e ao patriotismo de um imperador de dezessete anos, sairia íntegra a unidade nacional.

Não havia condições para, naqueles tumultuados dias, dispender o Govêrno Imperial maiores esforços com uma região distante e de reduzida expressão demográfica e econômica.

Viriam, a seguir, trinta e dois anos sem sêcas, o maior período de normalidade meteorológica até hoje registrado.

A pouca ou nenhuma impressão que o fenômeno poderia ter assinalado nas elites responsáveis, esmaeceu-se por completo. A improvisação pura e simples haveria sempre de marcar, como um anátema, o tratamento da questão.

A sêca de 1877, prolongada pelos dois anos seguintes, com o Império no seu apogeu político e econômico, valeu como um grito de alarma, e só então é que a opinião pública do País tomou consciência de que, periòdicamente, uma parcela ponderável da população nacional sofria fome, emigrava e morria.

Pela primeira vez movimentaram-se os podêres públicos, as elites dirigentes e as minguadas elites técnicas daqueles dias.

Reuniões no Instituto Politécnico da Côrte, deliberações no Parlamento e no Conselho de Ministros, artigos na imprensa, o próprio interêsse pessoal do Imperante, haveriam de marcar, pela primeira vez, um encontro diferente com o problema.

O que daí resultou não seria muito, mas é o que se poderia esperar dos conhecimentos científicos e da tecnologia daquele período da vida brasileira. Seria, de qualquer modo, o início de uma série de providências oficializadas que se prolongaria até nossos dias, balizada por esforços e por erros, por atenções reais e omissões inexplicáveis, por dedicações extremadas e indiferenças criminosas.

A ação oficial no combate às sêcas pode ser compartimentada em três períodos bem distintos: o primeiro, de 1877 a 1909, data da criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas; o segundo, desta data à criação da CODENO e SUDENE (1959), e o último tendo aí o seu início.

Poderíamos assinalar, como característica do primeiro, a tomada de consciência do problema e um tímido e desorientado esfôrço na busca de soluções; do segundo, a oficialização daquele esfôrço com a aceitação da solução exclusivista da açudagem, sem real aproveitamento social e econômico da água acumulada; do terceiro, uma visão global das realidades nordestinas, admitindo-se a premissa básica de que "o problema do Nordeste não é sêca, e sim o subdesenvolvimento da região".

Chegamos, destarte, afinal, a uma interpretação da região condizente com a realidade dos fatos.

Dentre aquêles poucos cuja obra mais eficazmente tem concorrido para que se encarem com realismo, mas também com confiança, os problemas do Nordeste semi-árido, figura em lugar de excepcional realce o Dr. José Guimarães Duque.

Agrônomo, nascido em Minas Gerais e ali formado, com largo tirocínio do magistério nos maiores centros agronômicos do País, tendo dirigido por longos anos o Serviço Agro-Industrial do Departamento de Sêcas, o Dr. Guimarães Duque é daqueles brasileiros a quem o Ceará aprisionou como refém, em troca de tantos outros valôres que o resto do Brasil tem roubado ao Ceará.

Sua condição de nordestino pelo coração deu-lhe um vigoroso estímulo para o estudo e análise da problemática regional, da qual é hoje profundo conhecedor.

Pela acuidade e amplitude com que estudou a ecologia nordestina, pela exata correlação que soube estabelecer entre os desafios e as respostas, pela fundamentação científica que soube imprimir às suas sugestões, sua obra ficará como um marco definitivo na bibliografia do Nordeste.

O Solo e a Água do Polígono das Sêcas, livro que publicou há alguns anos, já em terceira edição, é dos trabalhos mais sérios e conscienciosos escritos sôbre a região. Foi uma das mais lúcidas contribuições trazidas ao homem nordestino no sentido de melhor conhecer a sua terra e mais racionalmente nela viver.

Os artigos, conferências, monografias que Guimarães Duque continuou a fazer e publicar atestam a continuidade do seu esfôrço e do seu interêsse pela região que adotou como sua. E a isto poderemos juntar as aulas eruditas que ministra na cadeira de "Problemas Regionais", na Escola de Engenharia da Universidade do Ceará, onde ensina aos novéis engenheiros as peculiaridades do complexo meio geográfico onde exercerão sua atividade profissional.

Também de sua autoria acaba de ser publicado pelo Banco do Nordeste o livro *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*, obra destinada a inocular confiança e otimismo acêrca das possibilidades pouco conhecidas dêste discutido trecho do território nacional.

Ora, o real conhecimento da flora xerófila e a sua utilização em benefício da economia regional são ponto do mais alto interêsse, constituem assunto vital a ser considerado quando está em causa a análise dos recursos nordestinos.

O melhor aproveitamento das plantas xerófilas, juntamente com um vasto plano de irrigação nas bacias dos açudes e nas margens do São Francisco, e o deslocamento da fronteira agrícola pela incorporação das terras úmidas do Maranhão, são os principais meios hoje visualizados para criar na área do Polígono, uma economia agropecuária resistente às sêcas.

A vegetação xerófila é a riqueza e a ajuda, deslembrada mas formidável, que a Natureza deu ao nordestino. Nasce, cresce e produz na terra, tal como ela é, dispensando a chuva de Deus e a irrigação do homem, ou, como diz Guimarães Duque, é uma "forma de lavoura que não olha para o céu nem se apoia na água dirigida".

A nossa insistência em tentar nas terras semi-áridas do Nordeste o cultivo de cereais para o qual nem sempre são elas indicadas, e o desinterêsse em pesquisar melhor as possibilidades daquilo que a Natureza nos dá com generosidade, têm afastado os nossos técnicos das soluções modestas e despretensiosas, aparentemente desprovidas de interêsse, mas que deveriam ser consideradas paralelamente às soluções de grande vulto.

"As culturas xerófilas, escreve o ilustre autor de *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*, gostam do solo e do clima como êles são, não requerem o artificialismo da irrigação, dispõem de largas glebas para expansão, são arbóreos superiores de reflorestamento, representam uma policultura brasileira, dão produto não muito comuns no Hemisfério Ocidental e são mercadorias de moeda forte."

Para um melhor e mais racional estudo dêsse tipo de lavouras, juntou o autor ao seu admirável livro um Mapa das Regiões Naturais em que dividiu o Nordeste, espécie de mosáico natural dos diferentes ambientes marcados por peculiaridades relativas às chuvas, altitudes, tipos de vegetação, características do solo e grau de aridez.

Fruto de vinte e seis anos de estudos e observações pessoais, realizados do Piauí à Bahia, êsse Mapa, admiràvelmente confeccionado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representa assim uma vitoriosa tentativa de compartimentação do Nordeste em áreas características, ali representadas em diferentes côres.

São dez as regiões naturais em que o autor divide o meio nordestino: Mata, Agreste, Caatinga, Sertão, Serra, Cariris Velhos, Curimataú, Seridó, Cerrado e Carrasco.

Cada uma delas é, no livro, estudada com o interêsse necessário, sob os aspectos de solo, clima, precipitação pluviométrica, vegetação, população, bem como a área que cada uma ocupa nos diversos Estados do Polígono. Sugestões da maior valia são feitas com vistas a um judicioso aproveitamento das possibilidades agrícolas que apresentam.

No capítulo relativo ao cultivo sêco, o autor transmite, com eloqüentes exemplos, os ensinamentos baseados na sua experiência e nos seus estudos sôbre o cultivo com pouca água. São lições que devem ser aprendidas e, mais que aprendidas, postas em prática.

Considerações teóricas e práticas são feitas, a seguir, sôbre a cultura do algodão mocó, da carnaubeira, oiticica, coqueiro, palma, goiabeira, maniçoba, umbuzeiro, algaroba, faveleiro e licuri, estudando seu cultivo e suas possibilidades, com exemplos e dados estatísticos.

O livro do Dr. Guimarães Duque vale por uma admirável lição de otimismo sôbre as realidades do Nordeste brasileiro. É a palavra de um mestre a contar verdades pouco conhecidas, verdades capazes de destruir mitos tradicionais acêrca da pobreza e da esterilidade do solo e da vegetação regionais.

"Temos as armas para a vitória, escreve êle. As lavouras xerófilas são uma parte importante dessas armas. Nenhum país semi-árido do mundo dispõe de um conjunto de plantas xerófilas valiosas, como o nosso. O melhor aproveitamento das lavouras xerófilas no Polígono deverá ser baseado nos conhecimentos mais racionais das condições características de cada uma das regiões naturais."

O seu livro divulgou êsses conhecimentos e deu, à solução da questão, a melhor e mais eficaz contribuição.

"O Povo", 30 de janeiro de 1965.